

**25 e 26  
Julho  
2017**



# CLIP PING

# TJ ES

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# COM CAMISA DE HERÓIS, PMs DEIXAM A PRISÃO

## Cinco militares foram para a cadeia por impedir prisão de capitão

ELIS CARVALHO  
elis.carvalho@redgazeta.com.br

Com camisas de super-heróis, foram soltos na noite de ontem cinco policiais militares que foram detidos após impedir a prisão do ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, o Capitão Assunção. Eles estavam presos há quatro meses, por descumprimento de ordem judicial. Assunção foi detido na greve da PM, em fevereiro.

Os militares afirmam que irão provar que são inocentes. A soltura foi determinação da Justiça Militar. Os soldados Fernando Januário Cristo, Heryson de Andrade Ladislau Silva, Marcos José Seidel Mathias, Caio Gumiero de Oliveira e Marcos Israel Ferreira da Silva vestiam, respectivamente, camisas do Capitão América, Homem de Ferro, Chapolin, Super-Homem e Batman, quando saíram do Quartel de Maruípe, Vitória, por volta das 20h20 de ontem.

Agora, eles continuam o tratamento psicológico a que deram início quando foram detidos e depois deverão ser transferidos para unidades da corporação na Grande Vitória. Eles não podem servir juntos em um mesmo batalhão.

O ex-deputado federal e militar da reserva, Capitão Assunção, preso desde o dia 28 de fevereiro, também poderia ser solto ontem pela determinação da Justiça Militar, mas, co-



Marcos Israel, Fernando Cristo, Marcos Seidel, Caio Oliveira e Heryson de Andrade saíram do quartel por volta das 20 horas

### DEFESA

*"A verdade virá à tona. Mas penso em continuar na PM porque acredito na instituição. Só queremos nossos direitos em dia"*

**MARCOS ISRAEL DA SILVA** SOLDADO

mo ele está envolvido em outro processo, permanecerá preso.

As condutas investigadas pela Justiça Militar são pelo descumprimento de ordem judicial mediante atos de intimidação e hostilidade de subalternos

contra superiores hierárquicos, o que, segundo o juiz de Direito da PM, Getúlio Neves, responsável pela decisão, depende de maior aprofundamento.

"Ou seja, trata-se, em tese, de delitos contra a Administração Militar propriamente dita, acusações, pelo Ministério Público, de atentado frontal à hierarquia interna, nada tendo que ver com reivindicações sindicais e político-partidárias", afirmou o magistrado na decisão.

Dessa forma, o magistrado ressaltou em sua decisão que a ação penal cumprida pelos militares não tem a ver com o escopo da atuação constitucional da Justiça Militar.

O juiz ainda evidenciou que não se pode dizer que a situação interna da corporação tenha se normalizado, mas afirmou que o militar deve desempenhar o serviço, desde que a infração a ele imputada não afete o trabalho. Segundo a decisão, a prisão preventiva pode ser novamente decretada caso tenham requisitos legais para ser formalizada.

Na saída dos PMs, familiares e amigos dos policiais aplaudiram os policiais militares, que comemoravam.

"Foi constrangedor, humilhante e desumano para nós ficarmos presos aqui. Vendo nossos fami-

### INOCÊNCIA

*"Temos provas de defesa e vamos provar inocência. Estamos aqui pela sociedade e não vai ser isso que nos fará desistir da PM"*

**MARCOS JOSÉ SEIDEL MATHIAS** SOLDADO

liares indo embora a cada visita com lágrimas nos olhos, pensávamos em tudo de ruim, até na morte. Mas se Deus quiser vamos apresentar nossa defesa e tudo será esclarecido", disse o soldado Caio Gumiero de Oliveira.

### CONFUSÃO

A confusão envolvendo os militares ocorreu no dia 25 de fevereiro, primeiro dia do carnaval. A prisão do Capitão Assunção havia sido decretada, mas os militares enfrentaram o coronel Ilton Borges, da Corregedoria da PM, em frente ao 4º Batalhão, no Ibes, em Vila Velha, alegando não haver o documento de mandado de prisão. Houve uma discussão quando o oficial dava voz de prisão a Assunção, que, na ocasião, conseguiu ir embora.

Três dias depois, o capitão se entregou no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG), em Vitória.

### DESABAFO

#### "A GENTE PENSA DE TUDO, ATÉ NA MORTE"

**Caio Gumiero Oliveira**  
Soldado solto ontem

Ainda abalado, mas confiante de que irá provar inocência, o soldado Caio Gumiero de Olivei-

ra, de 30 anos, conversou com a reportagem ao sair da prisão. Ele conta que, enquanto esteve preso, chegou a pensar até na morte.

**Como foram esses dias de prisão?**

Uma experiência traumática, mas a verdade vai vir a tona. A gente foi humilhado... Nossa família e amigos sofre-

ram com a gente. Essas prisões representam uma grande injustiça. Se Deus quiser vamos apresentar nossa defesa e tudo será esclarecido.

**O que passava na cabeça enquanto estava preso?**

Enquanto estávamos presos passava na nossa cabeça tudo de pior que vocês podem imaginar.

Eu tenho 30 anos, sendo quatro anos na PM.

Sempre cumpri o máximo do meu dever e vim parar aqui, preso. A gente pensa de tudo, até na morte. Vendo nossos familiares indo embora a cada visita com lágrimas nos olhos, com a incerteza do que iria acontecer com a gente... É constrangedor, humi-

lhante e desumano.

**O que pensa da Polícia Militar hoje?**

Eu tenho muito orgulho da minha profissão. Uma vez um guerreiro me disse que a dor é passageira, mas a glória é eterna. Apesar disso tudo, a gente continua acreditando na PM, a instituição mais antiga do Estado. Nossa honra

é ser PM, viva a PM!

**O Assunção continua preso...**

Mas ele não será esquecido, porque por um bom comandante um soldado vai até ao inferno.

**Acha que a PM precisa melhorar?**

Tudo que acontece de ruim na vida é para melhorar. Se quiserem melhorar, a hora é agora.

# Para turbinar cofres, prefeituras vão atrás de quem tem dívidas

**Na Grande Vitória, todas as administrações refinanciam débitos para recuperar perdas**

LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

Desde 2013 as prefeituras da Grande Vitória perderam cerca de R\$ 785 milhões somente como consequência do esvaziamento do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Para tentar compensar o baque e aumentar a arrecadação, algumas medidas foram adotadas pelos municípios, mas com tímidos resultados. Via de regra, as administrações apostaram em sucessivos programas de refinanciamento de dívidas (Refis) e foram mais incisivas nas cobranças.

De acordo com dados fornecidos pelas próprias prefeituras, Vitória foi a que mais perdeu. A cifra chega a R\$ 400 milhões de 2013 a 2017. "É isso que só com o ICMS/Fundap. O valor que a prefeitura perdeu é muito maior, mas é difícil mensurar porque as empresas saíram. Tinha também o ISS, por exemplo", lembra o secretário da Fazenda da Capital, Davi Diniz.

Como resposta, a administração municipal deu descontos em multas e juros para devedores, com um Refis em 2013 e outro lançado este ano. O daquele ano resultou em arrecadação de R\$ 104,1 milhões e o de 2017, R\$ 12,7 milhões,

até o momento. Também houve o programa Nota Vitória, que permite que o contribuinte receba de volta parte do valor pago em impostos, e o protesto das certidões de dívida ativa. Com o Nota Vitória foram arrecadados outros R\$ 118,3 milhões. As alternativas foram implementadas na gestão de Luciano Rezende (PPS), reeleito no ano passado.

Já na Serra foram R\$ 168,3 milhões a menos de 2013 até o final de 2016. Durante todo esse período quem esteve à frente do Executivo da cidade foi Audifax Barcelos (Rede). Como resposta ao rombo, o secretário da Fazenda da Serra, Cláudio José Mello de Sousa, elenca ações adotadas, mas sem precisar o valor arrecadado. "Fizemos um Refis em 2014 e outro em 2015, firmamos convênios com a União em relação à dívida ativa do Simples Nacional, implementamos o parcelamento de dívidas pela web e fizemos um mutirão, em parceria com o Tribunal de Justiça, para cobrança de débitos

inscritos em dívida ativa que já estão em execução", diz Souza. "Tivemos um resultado considerável, mas não dá para valorar isso porque são ações contínuas", avalia o secretário.

A Prefeitura de Vila Velha informou, por meio de nota, que as perdas com o Fundap somam R\$ 146,6 milhões de 2013 a 2016. "A alternativa para aumentar a arrecadação foi o Programa de Parcelamento Incentivado-Refis. Até o dia 21 de julho de 2017, o valor negociado foi de R\$ 12.797.701,20 e o valor pago foi de R\$ 1.739.862,57", diz o texto enviado pela gestão Max Filho (PSDB), que assumiu este ano.

Também por meio de nota, a Prefeitura de Cariacica informou que o município deixou de arrecadar R\$ 69.897.000,00 de 2013 até julho. "O município vem buscando incrementar suas receitas próprias dando a oportunidade para o contribuinte quitar sua dívida de impostos e taxas com desconto em multas e juros através do Refis nos exercícios de 2014, 2015 e 2017", diz a nota.

Outra ação é o protesto em cartório dos devedores. A arrecadação com essas medidas chegou a R\$ 30 milhões. Mas a prefeitura, liderada por Juninho (PPS), admite que "não é possível a curto prazo compensar a perda total do Fundap. As alternativas geram receitas a médio e longo e prazo".



VITOR JUBINI

Prefeitura de Vitória é a que mais contabiliza perdas após mudança do Fundap

## ENTENDA

### Fundap

A alíquota do ICMS interestadual sobre produtos importados era de 12% no Espírito Santo. Para atrair importadores, o Estado criou o Fundap em 1970, alterando a alíquota. Dos 12%, oito eram para financiar as empresas. Três iam para os municípios e um para o Estado. Essa modalidade de recolhimento era um atrativo às empresas.

### Mudança

A alíquota foi unificada em 4%, após decisão do Senado, em 2012. Como a alíquota era a mesma em todo o país, empresas optaram por atuar em outros Estados.

## Arrecadação dificilmente voltará a ser como antes

MARCOS FERNANDEZ/ARQUIVO

Quando será que as prefeituras voltarão a ter o mesmo patamar de arrecadação da época do Fundap? "Acho que nunca. O município precisa ser refundado, reinventado", afirma o secretário da Fazenda de Vitória, Davi Diniz.

"Precisamos investir em turismo, no parque tecnológico, startups. Mas a prefeitura que tinha muitos recursos não volta mais", avalia. Ele ressalta, ainda, a necessidade de cortar despesas, o que, sustenta, a atual gestão já tem feito.

O secretário da Fazenda Serra, Cláudio de Souza,



Davi Diniz: "O município precisa ser refundado"

avalia que, mesmo com a atração de novas empresas, as perdas do Fundap somente seriam cobertas daqui a 20 anos.

## DESDE 2013

**R\$ 400 milhões**

É quanto a Prefeitura de Vitória perdeu somente em ICMS Fundap.

# Mais de 400 ações de improbidade no Estado

ADEMIR RIBEIRO - 21/03/2014

Entre os casos mais comuns, segundo o Ministério Público, estão nepotismo, promoção pessoal e fraude em licitações

Brunella França  
Tiago Alencar

Os casos de improbidade administrativa aumentaram no Estado desde 2015, segundo levantamento de dados junto ao Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES). Dos 3,2 mil procedimentos investigatórios instaurados, 482 viraram ações e estão tramitando na Justiça.

Em 2015, foram protocoladas 178 ações de improbidade no Poder Judiciário. Já em 2016, foram 189 ações. Em 2017, já são 115 ações apenas até o mês de junho.

Os casos mais comuns, de acordo com o MP-ES, são de nepotismo (contratação de parentes); utilização de bem público sem interesse público; promoção pessoal e irregularidades em procedimentos licitatórios – restrição à competitividade, direcionamento, superfaturamento e sobrepreço.

Das ações de improbidade elaboradas pelo MP-ES e protocoladas na Justiça, cerca de 36% delas partiram das promotorias localizadas na Grande Vitória e os outras 64%, das demais promotorias do Estado.

Para o presidente da Comissão dos Advogados Criminalistas da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil, Rivelino Amaral, isso se deve ao fortalecimento do Ministério Público.

“Os atos de improbidade não aumentaram, o Ministério Público é que se aparelhou melhor e capacitou melhor os seus membros. Em consequência disso, aumentou o número de ações”, avaliou.

O advogado eleitoral Thiago



FACHADA DO MP-ES: ao todo, foram 3,2 mil procedimentos investigatórios

Carvalho explicou que os atos de improbidade não constituem crime, por isso, não são passíveis de pena, mas de sanções por serem “infração cível-administrativa”.

Os atos de improbidade administrativa podem ser divididos em três categorias: enriquecimento ilícito; danos ao erário e atos contra os princípios da administração pública.

As sanções aplicáveis variam de acordo com o processo, mas se resumem a: perda de bens obtidos ilícitamente; ressarcimento dos danos materiais; perda de função pública, suspensão de direitos políticos; multa; e proibição de contratar com o poder público.

## ENTENDA

### Investigações

- ENTRE 2015 E 2017, foram instaurados no Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) cerca de 3,2 mil procedimentos investigatórios sobre atos de improbidade administrativa.
- AO TODO, 482 se transformaram em ações judiciais que tramitam no Poder Judiciário. Em 2015, foram protocoladas 178 ações de improbidade. Já em 2016, foram 189 ações. Em 2017, já são 115 ações até junho.
- CERCA DE 36% DAS AÇÕES partiram das promotorias de Justiça da Grande Vitória e outras 64%, das promotorias de Justiça do Interior.

## Ricardo abre mão do foro privilegiado

O senador Ricardo Ferraço (PSDB) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para abrir mão do foro privilegiado. O parlamentar é investigado na Lava a Jato e, se o pedido for aceito, o inquérito será remetido à primeira instância.

“Eu tenho feito críticas contundentes ao foro privilegiado. Todos precisam ser tratados da mesma forma. Por isso, solicitei (a retirada do foro) para mostrar que sou igual a todos os brasileiros. A minha atitude foi movida pela coerência. Se eu sou crítico do foro, e votei contra ele, preciso exercer a coerência entre o discurso e a prática”, explicou.

O tucano disse, entretanto, que não faz questão que o processo seja decidido pela Justiça do Espírito Santo.

Ele frisa que a solicitação objetiva dar mais celeridade ao desfecho das investigações.

“Eu desejo que isso possa ser julgado logo, porque quando um processo não é julgado logo, fica sempre uma dúvida em relação à conduta do acusado. Eu tenho

convicção da minha inocência.”

Ricardo foi incluído no rol dos investigados da Lava a Jato após ser acusado de ter recebido R\$ 400 mil de caixa dois da construtora Odebrecht na campanha de 2010.

Apesar de não ter se manifestado em relação ao pedido do senador, a Procuradoria Geral da República (PGR) já negou um pedido semelhante, do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



**RICARDO** quer celeridade

## Investigado na Lava Jato, Ferraço 'abre mão' de foro privilegiado

**Ricardo Ferraço solicitou ao STF remessa da denúncia para o primeiro grau do Judiciário. Ele alega que é preciso acelerar decisão sobre o caso**

Investigado pela Operação Lava Jato, com inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Ricardo Ferraço (PSDB) enviou à Corte um pedido para "abrir mão" do foro privilegiado, que faz com que quaisquer processos contra ele só possam ser julgados na instância máxima do Judiciário.

Se o pedido for aceito, o inquérito será remetido à primeira instância. O tucano disse, entretanto, que não faz questão que o processo seja decidido pela Justiça do Espírito Santo.

"Todos precisam ser tratados da mesma forma. Quem não deve, não teme. Eu solicitei (a retirada do foro) para mostrar que sou igual a todos os brasileiros. A minha atitude foi movida pela coerência; se eu sou crítico, preciso exercer a coerência entre o discurso e a prática. Posso ser julgado como qualquer pessoa pode ser", explicou.

Ferraço foi incluído no rol dos investigados da Lava Jato após ser acusado de ter recebido R\$ 400 mil de caixa dois da construtora Odebrecht na campanha de 2010.

Apesar de não ter se manifestado em relação ao pedido do senador, a Procuradoria Geral da República (PGR) já negou um pedido semelhante, do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Na visão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o foro privilegiado é um direito "irrenunciável".

### **Celeridade**

Além do argumento fundamentado no artigo 5º da Constituição, que determina que "todos são iguais perante a lei", Ferraço frisa que a solicitação objetiva dar mais celeridade ao desfecho das investigações.

O senador alegou que o STF é "uma Corte constitucional, e por isso não estaria equipada e nem estruturada para realizar um julgamento como esse".

O senador admite que, ao tentar trazer o processo para a 1ª instância, em nome de uma suposta celeridade, tenta proteger a própria imagem: "Evidentemente eu desejo que isso possa ser julgado logo, porque quando um processo não é julgado logo, fica sempre uma dúvida em relação à conduta do acusado. Eu tenho convicção da minha inocência".

# Juiz manda suspender aumento na gasolina

Renato Borelli, de Brasília, alega em liminar que União desrespeitou a Constituição. Governo diz estar dentro da lei e entrou com recurso

**BRASÍLIA**

O juiz Renato Borelli, da Justiça Federal de Brasília, mandou suspender, ontem, por meio de liminar, os efeitos do decreto que aumentou o PIS/Cofins sobre combustíveis, anunciado pelo governo na semana passada.

Ele alega que a União desrespeitou o princípio de legalidade tributária, previsto na Constituição Federal, segundo o qual não é permitido aumento de tributo senão por meio de lei. Ele ressalta, na decisão, que a liminar "tem como consequência o imediato retorno dos preços dos combustíveis, praticados antes da edição da norma".

"Não pode o governo Federal, portanto, sob a justificativa da arrecadação, violar a Constituição Federal, isto é, violar os princípios constitucionais que são os instrumentos dos Direitos Humanos. Portanto, o instrumento legislativo adequado à criação e à majoração do tributo é, sem exceção, a lei", afirmou o Juiz.

A decisão ainda ressalta que a Constituição veda a cobrança do tributo antes de decorridos 90 dias da publicação da lei. Para o juiz, tal medida frustra o planejamento tributários dos contribuintes. E ressalta que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) "há muito manifestou-se no sentido de que o princípio da anterioridade é garantia individual do contribuinte".

A Advocacia-Geral da União informou já entrou com recurso. O recurso da AGU foi apresentado ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), com sede na capital federal.

A liminar de Borelli é consequência de uma ação popular que



**BOMBA** de gasolina: liminar que suspende aumento do valor do combustível tem efeito após governo ser notificado

questiona o aumento do imposto em percentual "superior aos índices oficiais" e pontua que não há situação excepcional que justifique a intervenção do Estado.

Em meio a uma crise nas receitas e com risco de não conseguir fechar a conta, o governo anunciou na semana passada a majoração de PIS/Cofins de gasolina, etanol e diesel. Segundo estimativas do governo, a medida deve representar, em média, um aumento de 7% no combustível para o consumidor e vai render aos cofres públicos R\$ 10,4 bilhões.

Na decisão, o juiz ressaltou que "a arrecadação estatal não pode representar a perda de algum direito fundamental, não podendo haver, portanto, aporia entre a necessidade de arrecadação e os direitos fundamentais constitucionais do cidadão".

## "Há base jurídica sólida"

Após a Justiça Federal do Distrito Federal suspender os efeitos do decreto que aumentou o PIS/Cofins sobre combustíveis ontem, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, argumentou que o governo não precisa de uma nova lei ou uma noventena para fixar o au-

mento determinado pelo governo e que há uma base jurídica para esse entendimento.

Segundo o ministro, a alta do imposto foi feita dentro de um regime de tributação que é opcional para as empresas e que, nele, já há previsão para uma margem, tanto de aumento quanto de redução, no preço por litro.

"O que nós temos colocado é que o regime do PIS/Cofins é optativo. As empresas que estão submetidas a esse regime opcional podem não optar por isso. Não há obrigatoriedade. Ocorre que, mesmo com esse aumento na tributação, o regime opcional é melhor do que a regra legal. Então, há uma base jurídica muito sólida para isso e nós vamos discutir", afirmou.



**DYOGO OLIVEIRA:** "Vamos discutir"

## Preço não muda na Grande Vitória

Como o governo federal ainda não tinha sido notificado da decisão do juiz Renato Borelli, o preço da gasolina e de outros combustíveis sofreu poucas alterações em postos da Grande Vitória ontem, se comparado com a última sexta-feira, quando o aumento da alíquota de PIS/Cofins entrou em vigor.

Nos postos pesquisados pela reportagem de A Tribuna, a maior queda de preço da gasolina foi de um posto de Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, que passou de R\$ 3,99 para R\$ 3,74 o litro. A redução, porém, se deu por causa de uma

Os outros postos diminuíram o preço do litro em no máximo cinco centavos ou mantiveram o mesmo valor da última sexta-feira, como todos os postos da Serra visitados.

**CAUTELA**

Sobre a decisão do juiz, que determinou a redução dos impostos, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado (Sindipostos-ES) informou, em nota, que prefere aguardar com cautela, já que o governo federal anunciou que recorreu. Para o sin-

absurdos.

A se confirmar o retorno dos valores aos patamares anteriores à última sexta-feira, o Sindipostos-ES afirmou que o impacto ao consumidor vai depender de como a redução se comportará ao longo da cadeia, pois quem recolhe os impostos são as distribuidoras e caberá a elas a decisão de repassar a redução do custo para o preço de venda aos postos.

O sindicato ressaltou que a decisão sobre preço de venda cabe única e exclusivamente a cada revendedor, de acordo com seus custos e

## Advocacia-geral da União diz que Temer agiu dentro da lei

A ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, afirmou ontem que o presidente Michel Temer não descumpriu a legislação ao aumentar a carga tributária sobre combustíveis, na semana passada.

Segundo ela, diferentemente do que afirmou o juiz substituto Renato Borelli, é permitida a elevação do tributo por meio de decreto presidencial desde que seja obedecido o teto legal. Isso foi cumprido pelo presidente, na visão de Mendonça.

"Nós vamos tentar reverter a questão o mais rápido possível. Toda a atuação do presidente foi fundada na legislação em vigência e ele agiu rigorosamente dentro da autorização legal", disse.

Antes de o governo Federal anunciar o aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis líquidos, o valor médio da gasolina vendido nos postos brasileiros recuou em 21 Estados e no Distrito Federal, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na última semana.

**ENTENDA**

### Aumento no PIS/Cofins

O GOVERNO anunciou na semana passada o aumento de PIS/Cofins de gasolina, etanol e diesel.

A MEDIDA representou, em média, um aumento de 7% no combustível para o consumidor e vai render aos cofres públicos R\$ 10,4 bilhões.

PORÉM, juiz Renato Borelli mandou suspender o decreto governamental, por meio de uma liminar.

ELE alega que a União desrespeitou o princípio de legalidade tributária e disse ainda que a Constituição veda a cobrança do tributo antes de decorridos 90 dias da publicação da lei.

O GOVERNO aguarda ser notificado, mas já afirmou que vai recorrer da decisão, por entender que é permitida a elevação do tributo por meio de decreto presidencial, desde que seja obedecido o teto legal.

Fonte: Pesquisa AT

### PREÇO DO LITRO DA GASOLINA

**VITÓRIA**

POSTO	PREÇO DO LITRO
Parada Vitória	R\$ 3,78
Thiago	R\$ 3,74
PA	R\$ 3,89
Escola	R\$ 3,82
Presidente	R\$ 3,79

**VILA VELHA**

POSTO	PREÇO DO LITRO
Mediterrâneo	R\$ 3,74
Capixaba	R\$ 4,09
Arara Azul	R\$ 3,74
Nova Marca	R\$ 3,94
Itapoã	R\$ 3,74

**SERRA**

POSTO	PREÇO DO LITRO
Wandall	R\$ 3,76
Tubarão	R\$ 3,76
Planalto	R\$ 3,89
Manga Larga	R\$ 3,89
Tims	R\$ 3,74

Fonte: Postos de Gasolina na Grande Vitória



LIMINAR

# Justiça suspende aumento de imposto dos combustíveis

**Juiz alega que a União desrespeitou princípio de legalidade tributária. Governo vai recorrer**

«A Justiça Federal suspendeu ontem, liminarmente, os efeitos do decreto que aumentou o PIS/Cofins sobre combustíveis, anunciado pelo governo na semana passada.

O juiz Renato Borelli, que assina a decisão, alega que a União desrespeitou o princípio de legalidade tributária, previsto na Constituição Federal, segundo o qual não é permitido aumento de tributo senão por meio de lei. Ele ressalta, na decisão, que a liminar “tem como consequência o imediato retorno dos preços dos combustíveis, praticados antes da edição da norma”.

“Não pode o governo Federal, portanto, sob a justificativa da arrecadação, violar a Constituição Federal, isto é, violar os princípios constitucionais que são os instrumentos dos Direitos Humanos. Portanto, o instrumento legislativo adequado à criação e a a majoração do tributo é, sem exceção, a Lei, não se prestando a tais objetivos outras espécies legislativas”, diz o texto.

A decisão ainda ressalta que a Constituição veda a cobrança do tributo antes de decorridos 90 dias da publicação da lei. Para o juiz, tal medida frustra o planejamento tributários dos contribuintes. Ele ressalta que o



Preços de gasolina e diesel subiram nos postos, logo após o governo federal anunciar alta de impostos

próprio Supremo Tribunal Federal (STF) “há muito manifestou-se no sentido de que o princípio da anterioridade é garantia individual do contribuinte”.

A liminar é consequência de uma ação popular que questiona o aumento do imposto em percentual “superior aos índices oficiais” e pontua que não há situação excepcional que justifique a intervenção do Estado na economia.

## CRISE

Em meio à uma crise nas receitas e com risco de não conseguir fechar a conta, o governo anunciou na semana passada a majoração de PIS/Cofins de gasolina, etanol e diesel. Segundo esti-

## DIREITO

*“A arrecadação estatal não pode representar a perda de algum Direito Fundamental, não podendo haver, portanto, aporia entre a necessidade de arrecadação e os direitos fundamentais constitucionais do cidadão”*

RENATO BORELLI JUIZ

mativas do governo, a medida deve representar, em média, um aumento de 7% no combustível para o consumidor e vai render aos cofres públicos R\$ 10,4 bilhões. Na decisão, o juiz ressaltou que “a arrecadação estatal não pode representar a perda de algum Direito Fundamental, não podendo haver, portanto, aporia entre a necessidade de arrecadação e os direitos fundamentais constitucionais do cidadão”.

## DEFESA

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer da decisão. A liminar só tem efeito a partir do momento em que o governo for notificado.

Após a suspensão dos

BERNARDO COUTINHO - 21/07/2017

## STF analisa legalidade de reajuste

A legalidade do reajuste de PIS e Cofins sobre a gasolina por meio de decreto do governo federal está sob análise do STF. Em fevereiro, o ministro Dias Toffoli, relator de duas ações sobre o assunto, reconheceu que o assunto é de repercussão geral – ou seja, terá uma decisão aplicada posteriormente nas instâncias inferiores, em casos idênticos.

Toffoli foi seguido pela maioria do Supremo, e o mérito da questão ainda será discutido, sem previsão de julgamento.

Ao suspender o aumento das alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis, o juiz Renato Borelli, da 20ª Vara Federal de Brasília, sustentou que a majoração deveria ter sido feita por lei, e não por decreto do governo Temer.

O caso é semelhante ao que está nas mãos de Dias Toffoli. A Constituição diz, em seu artigo 150, que “é vedado à União (...) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. Mas a Lei 10.865, de 2004, permite ao Poder Executivo ajustar as alíquotas por decreto.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff enfrentou a mesma questão nos tribunais. Após elevar as alíquotas de PIS e Cofins, a Justiça Federal do Rio suspendeu o aumento.

## Redução de preços em postos não será imediata

«O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Espírito Santo (Sindipostos-ES) disse que vai aguardar com o “cautela” o desfecho pela Justiça do impasse sobre a cobrança de impostos. A entidade afirma que a redução de preços para os consumidores depende do comportamento das distribuidoras.

O Sindipostos-ES “prefere aguardar com cautela, haja vista a decisão já

anunciada pelo governo Federal, de recorrer. Porém, além das questões jurídicas, aumentos como este são absurdos, sobretudo num momento tão complexo pelo qual todos nós brasileiros passamos”, diz o sindicato em nota.

O Sindipostos-ES informou ainda que “a se confirmar o retorno dos valores aos patamares anteriores ao dia 21/07, o impacto ao consumidor vai depender de como a redução se comportará ao longo da cadeia.”

## IMPACTO

*“Se confirmar o retorno dos valores aos patamares anteriores ao dia 21/07, o impacto ao consumidor vai depender de como a redução se comportará ao longo da cadeia”*

SINDIPOSTOS-ES  
EM NOTA

Isso por que quem recolhe os impostos são as distribuidoras e caberá a elas a decisão de repassar total, parcial ou nenhuma redução do custo para o preço de venda aos postos”.

A nota do sindicato destacou também que “o mercado de combustíveis é livre e a decisão sobre preço de venda ao consumidor cabe única e exclusivamente a cada revendedor, de acordo com seus custos e estratégia concorrencial”.



Abastecer carro ficou mais caro para consumidores

FABIO VICENTINI - 20/11/2006



# DIA A DIA

COM A COLABORAÇÃO DE RAFAEL GUZZO | [diadia@redetribuna.com.br](mailto:diadia@redetribuna.com.br)

## **Meta fiscal ameaçada**

A decisão do juiz Renato Borrelli, de Brasília, de suspender o aumento do PIS/Cofins sobre os combustíveis pode colocar em risco a meta fiscal de 2017, com déficit de até R\$ 139 bilhões, segundo economistas capixabas.

Para a conta fechar, o governo federal precisa, pelo menos, de R\$ 10,4 bilhões, que seriam provenientes do aumento de impostos.

# PAINEL

## **Joga duro**

O juiz Renato Borelli, que barrou o reajuste de impostos que incidem sobre os combustíveis, determinou, em junho, que Rodrigo Rocha Loures – ex-assessor de Michel Temer flagrado com uma mala de propina – devolvesse os salários que recebeu da Câmara após ter sido afastado pelo STF.

## **Restaurante copia cardápio de concorrente e caso vai parar na Justiça**

### **Os acusados de plágio foram condenados a pagar R\$ 10 mil por danos morais**

Um restaurante de Vila Velha terá que indenizar um concorrente de Vitória em R\$ 10 mil por danos morais, após plagiar as criações gastronômicas oferecidas no estabelecimento da Capital. Além da indenização, o restaurante foi proibido de manter em seu cardápio os pratos copiados, em especial os de salada, os mais plagiados, segundo a denúncia.

O proprietário do restaurante de Vitória conta que para constituir seu estabelecimento foram realizados estudos relacionados à viabilidade e localização do negócio, aquisição de experiência na área gastronômica, em âmbito nacional e internacional, e a contratação dos serviços de assessoria e consultoria de chefe de cozinha profissional.

Após o início das atividades, os sócios da empresa de Vila Velha teriam passado a frequentar o estabelecimento de Vitória com grande assiduidade, investigando o funcionamento da casa, a montagem e o preparo dos pratos, visitando a cozinha e a estrutura interna do restaurante enquanto faziam perguntas técnicas a respeito do negócio.

Tempo depois o dono do restaurante de Vitória foi surpreendido com abertura de um estabelecimento comercial em Vila Velha, com cardápio idêntico ao seu e de propriedade das mesmas pessoas que anteriormente demonstravam grande interesse por seu restaurante.

Em sua defesa, os acusados de plágio alegaram ausência de provas que atribuíssem a criação dos pratos ao autor da ação. Pediram, então, a produção de prova testemunhal. Além disso, requereram ao juiz que o proprietário do restaurante de Vitória fosse condenado por ter ajuizado a ação, pois os requeridos alegavam que o processo foi movido por má-fé.

O juiz titular da 1ª Vara Cível de Vila Velha, Lyrio Régis Lyrio, acolheu parcialmente o pedido autoral, dando causa à existência de danos morais ante a violação da propriedade intelectual do dono do restaurante de Vitória. O magistrado, porém, julgou improcedente o pedido de indenização por danos materiais, pois constatou a inexistência de comprovação dos mesmos.

Após a decisão, o juiz recebeu a apelação dos réus e remeteu os autos para o Tribunal de Justiça do Espírito Santo em grau de recurso, onde o pedido contra a decisão de primeiro grau será apreciado por um desembargador relator.

### **Restaurante processado por copiar cardápio**

Um restaurante de Vila Velha terá que indenizar um concorrente de Vitória em R\$ 10 mil por danos morais, após plagiar as criações gastronômicas oferecidas no estabelecimento da capital.

Além da indenização, a ré foi proibida de manter em seu cardápio os pratos copiados, em especial os de salada, um dos destaques do restaurante que entrou com a ação.

## **Concessionária vai indenizar cliente por veículo com placa adulterada**

**A revendedora foi condenada a pagar R\$ 5 mil a um cidadão que adquiriu uma motocicleta com placa pertencente a outro veículo**

Uma concessionária de motos em Montanha, região Norte do Estado, foi condenada a indenizar um cidadão em R\$ 5 mil por danos morais pela venda de uma motocicleta com placa adulterada. O homem havia até sido preso por conta disso.

De acordo com os autos, o homem foi abordado por policiais em Montanha, que constataram que a placa da motocicleta, na verdade, pertencia a outro veículo. Por conta disso, ele foi preso sob suspeita de ter adulterado a placa de identificação de veículo.

Além disso, consta no processo que a motocicleta foi adquirida zero quilômetro por um terceiro, em uma concessionária localizada em Nanuque, em Minas Gerais. Na revendedora, também foi efetivado o pagamento pelo emplacamento do veículo. Após 30 dias, a moto foi novamente vendida para o autor da ação, já na cidade de Montanha.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, sempre é o réu que deve ser o responsável por apresentar as provas dos fatos. Entretanto, no caso em questão, a concessionária não apresentou nada e, no entendimento do juiz, ainda omitiu-se, pois não indicou como testemunhas o funcionário da loja, citado na inicial, e nem o funcionário do Detran, responsável pelo emplacamento.

Na sentença, o juiz Antonio Carlos Facheti Filho, da Vara Única de Montanha, afirmou que “tal conduta reforça a negligência da ré no desempenho de sua atividade, afastando qualquer argumento de culpa exclusiva de terceiro e caracterizando a falha na prestação do serviço, tudo em razão do risco de sua atividade”.

## **Sem airbag, capixaba vai receber indenização de R\$ 6 mil da Toyota**

### **O airbag do Toyota Etios que Sandra Regina adquiriu veio de fábrica com defeito**

Por dois anos e meio, a motorista Sandra Regina do Nascimento, de 57 anos, circulou com o carro — um Toyota Etios de cor prata — sem segurança completa. O veículo, modelo 2014/2015, foi adquirido com airbag. Mas o acessório, a assistente social não sabia, veio de fábrica com defeito e não funcionava de forma correta. Por problemas na peça “deflagrador”, ao invés de proteger, o airbag quando acionado poderia provocar a dispersão de fragmentos e causar danos materiais, lesões físicas graves, ou até mesmo fatais, aos motoristas e aos ocupantes do veículo. Por conta disso, a montadora convocou um recall em abril deste ano, mas a solução do problema não seria imediata.

Preocupada com a segurança da família, e disposta a resolver a questão, a capixaba agendou uma visita à concessionária de Vitória, mas se surpreendeu ao notar que o serviço foi executado pela metade. Na ocasião, apenas o airbag do motorista foi trocado. O acessório do passageiro foi retirado e até hoje não foi colocado um novo. Indignada, ela entrou com uma ação na Justiça e agora terá que ser indenizada por danos morais pela montadora em R\$ 6 mil.

“Quando eu comprei o carro, fiz a escolha achando que estava levando o melhor, um bom carro, porém quando soube do problema eu já estava com a vida da minha família em risco por mais de dois anos. Viajo muito com o meu pai, que tem 89 anos, e quando me comunicaram do problema quis resolver logo. Quando comprei o carro, fiz a escolha por um acessório que me daria mais segurança. Comprei com airbag para o motorista e para o passageiro. Deviam ter feito um planejamento e não deixar os clientes esperando três meses para resolver o problema. Estou sem o airbag do passageiro, que só vai ser trocado depois de um agendamento que só pode ser feito em agosto. Depois de dois anos e meio insegura, eu ainda ia ter que esperar mais três meses para resolver o problema. Fiquei muito decepcionada, me senti lesada”, conta a assistente social.

Na sentença, o juiz Ademar Bermond considerou que a concessionária da Toyota em Vitória não pode ser penalizada porque o “recall é de inteira responsabilidade do fabricante, e a concessionária apenas presta o serviço de inspeção da peça e os devidos reparos”. Para estipular o valor de R\$ 6 mil de indenização, o juiz levou em conta que “as intercorrências experimentadas com o recall, e que trazem prejuízos para o consumidor, merecem reparo. A toda evidência, tratou-se, sobretudo, de um defeito na prestação de um serviço, porquanto a requerente não foi convocada para trocar apenas um airbag, e ficar desprovida do outro, mas dirigiu-se a concessionária para um serviço completo, ou seja, a troca de ambos airbag”, diz a sentença.

A sentença, fixada na última sexta-feira (21), deve ser cumprida em um prazo de 15 dias, com multa de 10% por dia de atraso. Além do Etios, o recall convocado pela Toyota atinge ainda veículos do modelo Corolla, Hilux, SW4 e RAV4.

### **OUTRO LADO**

Acionada pela reportagem, a Toyota do Brasil informou que a empresa ainda não foi intimada da decisão sobre o caso e enviou nota sobre o recall. Veja na íntegra:

A Toyota do Brasil informa que o recall dos airbags tem dimensão global, envolvendo milhões de veículos de diversas montadoras no mundo simultaneamente. Por conta da complexidade de produção, fornecedores restritos e capacidade limitada de produção, a disponibilidade para importação dessas peças de reposição é gradativa.

No momento, a Toyota possui diversas campanhas de recall relacionadas à deflagração inadequada do

sistema de airbag no Brasil, iniciadas em momentos diferentes e envolvendo veículos de anos/modelos diversos. Para a maioria delas, a empresa possui peças disponíveis para troca, bastando apenas que o cliente agende um dia e horário de sua preferência.

Para a campanha mais recente, iniciada em 04 de abril de 2017, considerando o risco, embora remoto, da deflagração inadequada do sistema de airbag, a campanha está sendo conduzida em duas etapas: de imediato, a eliminação total do risco desativando o deflagrador do airbag e, posteriormente, desde 26 de junho de 2017 (para o modelo Corolla) e a partir de 07 de agosto de 2017 (para o modelo Etios), a substituição da peça afetada. A empresa esclarece ainda que a situação é pertinente somente para o airbag do passageiro, sendo que é possível realizar a troca imediata do airbag do motorista para esses veículos.

Em caso de dúvidas, a Toyota oferece seus canais de contato, como o site [www.toyota.com.br/recall](http://www.toyota.com.br/recall), onde o cliente encontra informações sobre todas as campanhas vigentes e os modelos envolvidos, além de agendar o serviço de recall na concessionária de sua preferência por meio do Web Agenda, e o Serviço de Atendimento ao Cliente, no número 0800 7030 206.

Estamos dando máxima prioridade nessa campanha e fazendo todos os esforços para preservar a segurança e tranquilidade de nossos clientes.

**Notícias**

**Município de Baixo Guandu (ES) é condenado a indenizar mulher atingida por um paralelepípedo no joelho esquerdo**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=350374>



**Notícias**

**Jornalista deve ser indenizado em R\$ 2 mil por danos morais após ofensa em rede social**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=350367>

CARIACICA

# Diácono preso por estupro a enteada

**Homem foi expulso de igreja evangélica da qual era membro. Ele culpa "o demônio" pelo ato**

de GLACIERI CARRARETO  
gcarraretto@redgazeta.com.br

"Deus sonda nossos corações e sabe o que está passando nele, sabe nossa intenção e que estou arrependido". Foi assim que o diácono de uma igreja evangélica, de 45 anos, disse que será perdoado depois de ser preso acusado de estupro a enteada, uma estudante de 12 anos, em Cariacica.

O nome do acusado não está sendo divulgado para preservar a vítima, que é menor de idade. A polícia, ele confessou o crime e disse que foi uma "obra do diabo". O estupro foi denunciado pela mãe da menina, de 43 anos, que flagrou o marido vestindo apenas roupas íntimas, dentro do quarto da filha.

Segundo a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), a estudante foi abusada pelo padrasto duas vezes, nos dias 7 e 10 de julho. O diácono convivia com a meni-

na há seis anos e há três estava casado oficialmente com a mãe dela. Como trabalhava como garçom em um restaurante, o diácono chegava em casa por volta das 18 horas. Já a esposa retornava do trabalho às 20 horas.

"Ele se aproveitou de duas situações em que fiquei sozinho com a criança e a estuprou", disse o delegado Lorenzo Pazolini,

titular da DPCA.

A vítima prestou depoimento e contou o que havia acontecido. Na primeira violência que sofreu, ela não contou para a mãe pois o padrasto fez ameaças de morte contra ela e a mãe.

Após as investigações, o garçom foi preso no restaurante em que trabalhava, em Campo Grande, Cariacica, no início da tarde de ontem. Contra ele, a Justiça expediu um mandado de prisão pelo crime de estupro de vulnerável.

## CONFIANÇA



"Era alguém de extrema confiança da família que se aproveitou para cometer esse crime"

LORENZO PAZOLINI  
DELEGADO

## EXPULSÃO

Ao descobrir o crime e ver que o marido negava o estupro, a doméstica chamou os pastores da igreja evangélica onde o acusado atuava como diácono. À igreja, o garçom confessou o crime e foi expulso da congregação.

"A mãe chamou os pastores da igreja da qual o suspeito fazia parte e ele confessou o crime para o grupo. Logo, ela procurou a delegacia e denunciou o marido", contou o delegado Pazolini.

## "ARREPENDIMENTO"

"DEUS SABE DE TODOS OS MEUS ERROS"

Diácono  
45 anos

Chorando, o diácono e garçom, de 45 anos, disse acreditar que será perdoado por Deus. **Abuso da sua enteada?** Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas me convém" (citação de Coríntios, 6). Deus sabe dos meus erros. **Você se arrepende?** Sim, estou arrependido do meu erro. **Tem perdão o crime que cometeu?** Deus sonda nossos co-

rações e sabe o que passa neles, sabe nossas intenções e que estou arrependido. Todos nós somos falhos, quem somos nós para julgar alguém?

**Como vai ser sua vida daqui pra frente?** Vou restaurar minha vida com atitudes e erigir minha cabeça. É preciso se arrepender e praticar aquilo pelo o que você foi chamado, meu erro foi tropeçar. **O que significa pra você ter sido expulso da igreja?** Eu fui expulso da igreja, mas a igreja não saiu de dentro de mim. **Você já fez isso a outra pessoa?** Não, graças a Deus eu não fiz.

## Pedofilia leva mais de 30 para a cadeia

A Polícia Federal prendeu, na manhã de ontem, 30 pessoas acusadas de propagar pornografia infantil na internet. Entre os detidos estão professores, médicos, um idoso de 80 anos e familiares das vítimas de abuso. Entre os casos está o de um pai que abusou sexualmente da filha, filmou o crime e compartilhou as imagens na internet, em Vila Velha.

Ação representa a segunda fase da operação Glasnost, deflagrada em novembro de 2013. Foram expedidos 72 mandados de busca e apreensão e dois de condução coercitiva em 14 estados, mobilizando 350 agentes da PF.



FERNANDO MADEIRA

Acusado foi detido pela polícia no restaurante onde trabalhava, em Cariacica

## DESEJO DE JUSTIÇA

"EU NÃO TENHO COMO PERDOAR ISSO"

Mãe da vítima  
Ex-mulher do acusado

Uma mãe aflita e com um único desejo: ver a justiça sendo feita. **Em algum momento você desconfiou dele?** Sim, na semana eu desconfiar que algo estava estranho. Ele passou a me ligar perguntando que horas eu chegaria do trabalho, se eu estava próximo

de casa e sempre com ligações rápidas. Passei a sair mais cedo do trabalho. **Como foi que você descobriu?** Quando cheguei em casa, eu vi um vulto passando pela janela. Entrei devagar e vi minha filha saindo do banheiro. Ela pediu benção e disse que ia trocar de roupa. Mas a situação me chamou a atenção, estava no escuro e não o encontrei em casa. **Como o encontrou?** Fiquei com medo de entrar no quarto e ver o que eu não queria. Ele estava atrás da porta só

de cueca, sem camisa e o quarto escuro. **Qual foi seu sentimento?** Tive vontade de matá-lo, de tanto ódio. **Como era a relação entre eles?** Ele tratava ela como filha e ela o tinha como pai. **Como vai ser a vida de vocês a partir de agora?** Minha filha é um pedacinho meu. Eu não tenho como perdoar isso. Quero a Justiça de Deus e da terra, pois não podemos nos calar diante de uma situação dessa.

## LOTÉRIAS

QUINA concurso 4438

09	33	42	45	55
----	----	----	----	----

Ninguém acertou as cinco dezenas. A quadra pagará R\$ 5.296,36 para 74 acertadores, e cada um dos 5974 acertadores do terço leva R\$ 9154

LOTOMANIA concurso 1782

00	05	06	12	17
22	23	26	33	34
40	45	51	67	74
79	80	81	84	89

acertos ganhadores prêmios (R\$)

20	0
19	10
18	120
17	1109
16	7066

DUPLA SENA CONCURSO 1672

1º Sorteio

03	14	17	23	24	25
----	----	----	----	----	----

Ninguém acertou as cinco dezenas e o prêmio de R\$ 7538262 acumula. A quina pagará R\$ 210663 para 22 acertadores, e cada um dos 988 acertadores da quadra receberá R\$ 5956

2º Sorteio

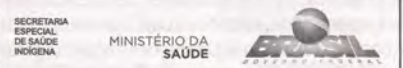
03	05	13	29	35	43
----	----	----	----	----	----

Ninguém acertou as cinco dezenas e o prêmio de R\$ 7538262 acumula. A quina pagará R\$ 210663 para 22 acertadores, e cada um dos 988 acertadores da quadra receberá R\$ 5956

## NOVA TRENTO AGROPASTORIL LTDA.

CNPJ/MF nº 27.086.122/0001-80 - NIRE nº 32.2.0032475-1  
Convocação de Reunião de Sócios

São convocados os senhores sócios à Reunião de Sócios, que se realizará no dia 03 de agosto de 2017, às 10 horas, na sede social localizada na sede da Sociedade, na Cidade de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, na Rodovia BR 262, km 90, Aracô, CEP 29.278-000, para deliberação das seguintes matérias de ordem do dia: (a) examinar, discutir e deliberar sobre a distribuição de lucros pela Sociedade, conforme previsto na Cláusula X do Contrato Social e autorizado pelo art. 1.007 do Código Civil vigente, no valor total de R\$6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), conforme balanço datado de 20/07/2017; e (b) examinar, discutir e deliberar sobre o pagamento pela Sociedade do valor total de R\$ 3.216.204,47 (três milhões duzentos e dezesseis mil duzentos e quatro reais e quarenta e sete centavos) ao sócio Eizezer Batista da Silva para liquidação integral do empréstimo realizado pelo sócio Eizezer Batista da Silva em favor da Sociedade mediante diversos aportes promovidos nos últimos anos, conforme registrado nos balanços da Sociedade. Domingos Martins, 21 de julho de 2017, Eizezer Batista da Silva - Sócio-Administrador.



DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - DSEIM/ES

## AVISO DE LICITAÇÃO

O Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Minas Gerais e Espírito Santo - UASG 257035 - toma público o Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico SRP nº. 12/2017, "menor preço por item", referente à Prestação de Serviços Funerários. Os interessados poderão retirar o edital, ou obter informações na Av. Piracibá, 325, bairro Ilha dos Araújo, Governador Valadares/MG, Setor de Licitação, tel. 33 3212-4750 nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:30 - DATA DO PREGÃO: 08/08/2017. Início da sessão: 09:30 horas. Governador Valadares/MG, 26/07/2017. Joel Celestino Amâncio - Pregoeiro.

VIOLÊNCIA CONTRA MENORES

# Diácono preso acusado de estupro

**Acusado, que é garçom, confessou que abusou da enteada de 12 anos. Por conta do crime, suspeito foi expulso de igreja evangélica**

Jéssica Cardoso

O diácono de uma igreja evangélica, em Cariacica foi preso ontem à tarde, acusado de estuprar a enteada de 12 anos. Segundo a polícia, o padrastrado, de 35 anos, foi flagrado pela mãe da criança, confessou o crime e acabou expulso da igreja.

O nome do acusado, que trabalha como garçom em um restaurante da cidade, não está sendo divulgado para preservar a identidade da vítima, em respeito ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), os crimes aconteceram no quarto da vítima, nos dias 7 e 10 deste mês, quando o acusado e a menina estavam sozinhas na casa da família.

"O acusado convivia com mãe e a filha há seis anos. Os crimes aconteceram no quarto da garota, quando a mãe não estava em casa, entre as 18h30 e 19 horas. A mãe descobriu na segunda vez que aconteceu. Ela desconfiou de uma luz apagada no quarto da vítima e se deparou com o acusado só de cueca, durante o abuso".

Pazolini contou que, diante da

situação, no mesmo dia, o acusado se reuniu com os membros da igreja e confessou o crime. Dois dias depois, a mãe procurou a delegacia para relatar o ocorrido.

Segundo o delegado, o acusado confessou que se arrependeu e alegou que isso nunca tinha ocorrido. O diácono afirmou, ainda, que só queria ver o corpo da menina e que sentia atração por ela.

"Enquanto a mãe não retornava do trabalho, ele passou a ter desejos sexuais em relação à criança. A partir daí, ele passou a ter relações sexuais com ela. Disse que foi em um momento de fraqueza."

Pazolini explicou que o acusado dava ordens à vítima: "Você vai fazer o que estou mandando", diz os autos. Após as apurações, a equipe da DPCA se deslocou até o restaurante em que o garçom trabalha e o prendeu, por volta das 13 horas de ontem, cumprindo um mandado de prisão temporária.

"A mãe disse que desconfiou do comportamento da filha, mas não imaginava que ela era vítima do padrastrado. Ele foi expulso da igreja que fazia parte e será indiciado por estupro de vulnerável, com pena de 8 a 15 anos", concluiu.

O diácono foi levado para o presídio, no fim da tarde de ontem.

**“A mãe disse que chegou a desconfiar do comportamento da filha, mas não imaginava que era vítima do padrastrado”**

Delegado Lorenzo Pazolini



**PADRASTO**, preso na delegacia, disse que está arrependido, que todas as pessoas erram e que ninguém deve julgar

## “Tudo isso é coisa do inimigo”

Na delegacia, o diácono preso acusado de estuprar a enteada, disse que estava arrependido e colocou a culpa no diabo.

"Ele disse que sentiu atração por ela e que começou há poucos meses. Nessa época, ele começou a faltar a igreja e com isso foi tomado por pensamentos maliciosos e tudo isso é coisa do inimigo", revelou o delegado Lorenzo Pazolini.

Para a imprensa, o acusado reforçou: "Isso eu não posso falar não, porque algumas coisas a gente fala e a mídia critica. Então, só quem crer em alguma coisa, que acredita no que ele (o diabo) faz e o que ele não faz", disse o preso.

Depois disso, falou que se arrepende do "erro". "Aquele que sonde os nossos corações sabe da nossa intenção. No meu coração, es-

tuvo arrependido, mas eu sei que quando falamos que estamos arrependidos, quem está assistindo à mídia não acredita. Então, a gente comete erros. Somos errantes. Todos nós somos errantes e falhos. Quem somos nós para julgar alguém, diante da sociedade? Muitas pessoas têm erros encobertos. Camuflam os seus erros criticando os dos outros", disse o acusado.

## Vítima sonha em se tornar delegada

Enquanto esteve na delegacia, a garota de 12 anos, vítima do padrastrado, em Cariacica, manifestou o interesse que já estava em seu coração há mais de cinco anos.

Quem revelou o relato foi a mãe da garota, uma doméstica, de 43 anos. Ela contou que a filha disse que já conhecia o delegado Lorenzo Pazolini, da Delegacia de Proteção à Pessoa (DPCA), e sonha, des-

de os seis anos de idade, em se tornar uma delegada também.

A mãe relatou que vai fazer de tudo para realizar o sonho da filha, que esbarrou em um crime de estupro e ameaças de morte. O que, segundo o delegado Lorenzo, teria sido o motivo de a menina não ter contado à mãe o que estava passando em casa, na ausência dela.

Pazolini mencionou que a ví-

ma contou que o diácono chegou a empurrá-la contra a cama, em uma das vezes em que abusou dela.

"A adolescente contou que no dia 7, ao sair o banheiro e seguir para o quarto, deparou-se com o padrastrado apenas de cueca, tendo esse a empurrado contra a cama. A menina tentou lutar com ele, o empurrou de volta. Mas em razão da força superior, o padrastrado conseguiu arrancar a roupa da vítima, já com os órgãos genitais dele expostos", descreveu o delegado.

Na segunda oportunidade, o acusado chegou a fazer ameaças de morte à vítima, quando foi questionado por ela. "Ele disse que se ela não fizesse o que ele queria, corria o risco dela e a mãe morrerem", contou o delegado.

Para Lorenzo, o acusado usou a proximidade que tinha com a menor para praticar o crime. "O pai biológico nunca foi presente e ela não tem contato. Ele supria essa figura paterna, por isso, a surpresa da mãe. Alguém, que ela tinha extrema confiança, teve a coragem de abusar da própria filha (enteada)", concluiu o delegado.

## “É uma lástima”, diz pastor presidente de associação

Presidente da Associação de Pastores Evangélicos da Grande Vitória, o pastor Enoque de Castro Pereira lamentou a atitude do acusado e disse que o caso "é uma lástima".

"A verdade é que hoje vivemos um problema muito sério. Muitos obreiros querem assumir os trabalhos de diaconia, quando na própria palavra diz que eram escolhidos para essa função pessoas leais, fiéis, idôneas, que não tivessem nenhuma mancha", destacou.

O religioso salientou que atual-

mente, só na Ilha de Vitória, existem mais de 300 denominações e controlar todas essas instituições é impossível. "São muitas denominações surgindo, individuais, sem qualificação. E vivemos uma crise de caráter, existente há muito tempo, não só na igreja evangélica. É uma lástima difícil de evitar", disse Enoque, que complementou.

"É preciso destacar que vivemos em um combate entre a carne e o espírito. Uma luta diária muito grande. Mas o que não pode é cometer esses desvios e manchar o evangelho de Deus, com o que aconteceu nessa situação".

A reportagem tentou contato, por telefone, com a igreja da qual o diácono preso fazia parte, mas as ligações não foram atendidas.

### DIÁCONO

Um diácono, normalmente ordenado por um conselho nas igrejas evangélicas, tem a função de ajudar na arrecadação para obras de caridade e fiscalizar a ordem da instituição.



**DELEGADO LORENZO PAZOLINI** disse que a vítima foi ameaçada de morte



**PASTOR ENOQUE**: controle difícil

## **Diácono é preso em Cariacica suspeito de estuprar a enteada de 12 anos**

**O suspeito, de 35 anos, confessou o crime e disse estar arrependido. Crimes aconteceram nos dias 7 e 10 deste mês**

Um diácono de uma igreja evangélica foi preso, na tarde desta terça-feira (25), suspeito de estuprar a enteada, de 12 anos. O homem, de 35 anos, foi preso por policiais civis da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) dentro de um restaurante, em Cariacica.

De acordo com o titular da DPCA, delegado Lorenzo Pazolini, o suspeito confessou o crime durante depoimento. Além disso, relatos de atendimentos multidisciplinares confirmam os abusos.

O delegado contou ainda que o suspeito admitiu o estupro para os demais pastores da igreja onde atuava, sendo excluído da congregação.

“Foi feita uma reunião entre os membros da igreja e ele confessou perante esses membros. E hoje, aqui também, ao ser interrogado, ele reiterou essa confissão e contou que realmente praticou esse crime extremamente covarde”, destacou.

Segundo a polícia, os abusos aconteceram dentro da residência da família. O suspeito morava com a vítima e a mãe dela há seis anos.

A vítima contou que os crimes aconteceram no dia 7 e 10 deste mês. Segundo ela, o padrasto aproveitava que a mãe estava fora para cometer os crimes.

De acordo com o delegado, a mãe da menina descobriu o estupro depois que chegou em casa e se deparou com o marido sem roupa, dentro do quarto da filha.

“Ela viu que tinha algo de estranho com a filha, mas ela não sabia que se tratava desse caso, não sabia que a vítima sofria abuso sexual do próprio padrasto. Mas havia uma desconfiança”, ressaltou Pazolini.

Após ser preso, o acusado conversou com a imprensa e afirmou estar arrependido. “Sei que muitos não vão acreditar, mas a gente sabe da nossa intenção. É um tratado da gente com Deus. E, no meu coração, eu estou arrependido. Nós cometemos erros, todos nós somos falhos, mas quem somos nós para julgar alguém diante da sociedade? Muitas pessoas têm erros encobertos e elas camuflam seus erros criticando o dos outros”, afirmou.

O suspeito foi autuado por estupro de vulnerável e encaminhado para o Complexo Penitenciário de Xuri.

## **Polícia prende integrante de quadrilha de roubo de cargas**

**De acordo com o delegado Nilton Abdalla, todos os assaltos ocorreram na Rodovia do Contorno**

A Delegacia de Roubo a Cargas prendeu na terça-feira (25) o último integrante de uma organização criminosa que roubava cargas no Estado. Guilherme Araújo do Nascimento, de 25 anos, foi preso em casa, no bairro Mucuri, em Cariacica. Com ele, a polícia encontrou drogas, dinheiro e munição calibre 12, além de calçados restantes de uma carga roubada.

De acordo com o delegado Nilton Abdalla, todos os assaltos ocorreram na Rodovia do Contorno. Os criminosos usavam dois carros para interceptar os caminhões com as cargas, assumiam a direção do veículo e sequestravam o motorista. A vítima só era libertada após o assalto.

Com a carga em mãos, os criminosos repassavam os produtos para Marcio Teixeira de Souza, de 28 anos, apontado como um dos maiores receptadores de carga roubada do Estado, que era responsável por vender a mercadoria para empresas.

Guilherme vai responder por roubo triplamente qualificado. Ele foi levado para o Centro de Triagem de Viana. Outros cinco integrantes da quadrilha já estão presos.